

# Eleições 2026: intensidade, complexidade e desafios

---

Humberto Dantas

## Resumo

O presente texto analisa as perspectivas para as eleições brasileiras de 2026 as observando como um pleito marcado pela continuidade da polarização entre lulismo e bolsonarismo, dificultando o surgimento de uma “terceira via” viável. Reforça esta percepção o fato de que os temas centrais ao eleitorado – segurança pública e bem-estar econômico – estão capturados pelos polos políticos dominantes. O cenário eleitoral tende a ser tenso, plebiscitário e altamente associado mais ao medo do adversário do que à adesão entusiasmada às principais candidaturas. O ensaio também aborda o papel crescente do Tribunal Superior Eleitoral, sobretudo diante da desinformação e do uso de inteligência artificial nas campanhas. Há destaque para a importância da renovação de dois terços do Senado, com impactos sobre a relação entre Legislativo, Executivo e STF. O texto discute ainda a descentralização partidária nos estados, a provável predominância da direita nas disputas regionais e os desafios de governabilidade para qualquer presidente eleito. Também analisa a influência do cenário internacional, especialmente sob a instabilidade de Donald Trump, nas disputas brasileiras. Por fim, trata das dificuldades históricas de participação feminina na política e do papel da Justiça Eleitoral na promoção de maior equilíbrio de gênero e combate à violência política contra mulheres. Em resumo, o texto busca fazer um apanhado geral do que o autor entende

que são os elementos centrais para as eleições de 2026, a despeito de outras questões essenciais.

## **Abstract**

This paper analyzes the outlook for the 2026 Brazilian elections, viewing them as a contest marked by continued polarization between Lulism and Bolsonaroism, which hinders the emergence of a viable “third way.” This perception is reinforced by the fact that the issues central to the electorate – public safety and economic well-being – are dominated by the two major political camps. The electoral landscape is likely to be tense, referendum-like, and driven more by fear of the opponent than by enthusiastic support for the leading candidates. The essay also addresses the growing role of the Superior Electoral Court, particularly in light of misinformation and the use of artificial intelligence in campaigns. It highlights the importance of the renewal of two-thirds of the Senate, with implications for the relationship between the Legislative, Executive, and the Federal Supreme Court. The text also discusses the decentralization of political parties at the state level, the likely dominance of the right in regional races, and the challenges of governance for any president-elect. It also analyzes the influence of the international landscape – particularly the instability caused by Donald Trump – on Brazilian elections. Finally, it addresses the historical difficulties of women’s participation in politics and the role of the Electoral Court in promoting greater gender balance and combating political violence against women. In summary, the text seeks to provide an overview of what the author considers to be the central elements for the 2026 elections, notwithstanding other essential issues.

## **1. Introdução**

O primeiro turno das eleições de 2026 ocorrerá no dia 04 de outubro. Caso necessária, uma segunda rodada será no dia 25, ou seja,

quatro semanas depois. Algumas características desse ciclo serão discutidas nesse texto, cujo objetivo é tentar compreender algo sobre o que esperar das disputas que geram ansiedade por todo o país.

Assim, ao todo, para além dessa introdução, existirão nove tópicos que buscarão trazer elementos relevantes para a percepção do pleito em forma de provocações ou observações. Cada um desses elementos trazidos buscará dialogar com características do processo, mas também com pesquisas e percepções gerais de parcelas da sociedade e dos debates.

O intuito não é construir hipóteses ou ofertar um semblante acadêmico à narrativa, mas sim abordar questões entendidas como relevantes para o processo eleitoral de 2026, numa espécie de resumo das expectativas em ritmo de ensaio. Outro ponto relevante: o objetivo não é encerrar o debate e abordar todos os pontos que podem ser pensados para esta eleição, ou seja, o que se pretende aqui é observar uma agenda de elementos importantes que parecem chamar a atenção do autor nesse instante, a despeito de outros quesitos igualmente desafiadores.

## **2. A possibilidade de um centro ao estilo “terceira via”**

As pesquisas indicam de acordo com estudos Quaest realizados entre meados de 2025 e início de 2026, que cerca de um terço dos brasileiros não gostariam de ser governados pelos principais personagens da polarização que toma conta do Brasil, de maneira mais discreta, desde 2014, e de forma mais intensa desde 2018, com destaque para as eleições de 2022 que culminou, inclusive, numa tentativa de golpe de Estado protagonizada pelo grupo derrotado no pleito e, assim, julgada e condenada pelo Supremo Tribunal Federal. Essa fatia do eleitorado, ao mesmo tempo em que parece se afastar da lógica que dita a política no país, também parece resistir mais às eleições, afirmando menor interesse em comparecer às urnas. Enquanto pouco mais de 20% dos brasileiros aptos ao exercício do voto não estiveram presentes no primeiro turno de 2022, cerca de um terço do grupo que hoje não tem interesse em ser governado pelos atores da polarização afirmam que se

ausentarão. Em resumo: trata-se de um contingente mais refratário, e ao mesmo tempo decisivo.

Com base em tais características, mais uma vez, criou-se a ideia de que o país poderia assistir à ascensão do que se convencionou chamar histórica e conceitualmente de terceira via. Uma candidatura que não representasse os polos oponentes de uma batalha renhida e tentasse fazer a política convergir em alguns pontos importantes e capazes de viabilizar uma candidatura. Dois elementos parecem centrais para que isso ocorresse: o primeiro deles, a estruturação efetiva de um nome com estrutura partidária; o segundo, uma razão essencial e real para que isso fizesse sentido na vida dos eleitores.

O nome não existe. Não há no país hoje uma figura pública de repercussão mais ampla, construída e reconhecida por parcelas da sociedade como alguém capaz de atenuar as intensidades de uma polarização que, inclusive, é alimentada por ela mesma e interessante aos fins das candidaturas do próprio Lula e da família Bolsonaro. Podem existir alternativas a um ou outro nome, como em 2018 e 2022 o ex-pedetista Ciro Gomes tentou se apresentar como alternativa mais viável ao petismo para vencer Bolsonaro no campo da esquerda – ou da centro-esquerda. Ou ainda, postulantes da direita, bem pouco votados, que tentaram sem sucesso se colocar como alternativas a Bolsonaro – de Geraldo Alckmin em 2018 a João Dória Júnior em 2022, que sequer findou participando da disputa. Mas o que precisa se tornar evidente aqui: não existe um nome alternativo que escape ao conflito.

A tentativa do PSD com Ratinho Jr., governador do Paraná, ou Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul, não vingou. O que se imaginava era a possibilidade de esses atores se colocarem ao centro como uma opção viável e bem construída de “terceira via”. As pesquisas, até o começo de 2026, não indicaram isso, e optou-se então pelo ex-governador de Goiás, Ronaldo Caiado. Com declarações favoráveis à “pacificação” do país a partir de uma ampla anistia aos presos condenados pela tentativa de golpe de Estado de 2022/2023, bem como com base no “apoio amplo e irrestrito” a Bolsonaro no segundo turno

de 2022, o nome do PSD parece apenas se colocar como alternativa ao senador fluminense Flávio Bolsonaro, filho do ex-presidente e representante de um dos campos da polarização exacerbada. Não parece se tratar da construção de uma candidatura que transcenda a divisão, mas sim uma forma de se aproveitar dela como alternativa. Os principais desafios aqui estão em unificar um partido extremamente confederado, que atua de maneira descentralizada e tendente a estratégias estaduais que passam longe da capacidade de centralizar-se em torno de Caiado. Diversas lideranças estaduais já sinalizaram que em suas respectivas unidades não haverá espaço para escapar de acordos já firmados com o PT ou com o universo da direita mais afeito ao Bolsonarismo. Provavelmente, sobretudo se não crescer rapidamente nas pesquisas, e não há sinais de que isso ocorrerá, Caiado contará com ativos nacionais de seu partido, como o horário eleitoral gratuito, mas ficará sem as estruturas locais. O PSD, importante frisar, é a legenda com mais prefeitos no Brasil, superando mil cidades. Existiriam mais de mil palanques para o candidato pedir votos pelo país a partir de Prefeituras? Muito pouco provável. A máquina partidária, decididamente, não trabalhará dessa forma.

Mas há o segundo elemento: a temática que justificaria a existência de uma “terceira via” consistente eleitoralmente no país. Aqui está-se falando de uma questão que a polarização não fosse capaz de “solucionar” aos olhos do eleitor, e que a construção de uma alternativa findaria sendo vista como essencial ao desenvolvimento do país. Nos anos 90, por exemplo, nem esquerda, tampouco a direita, ofereciam soluções ou geravam confiança suficiente para o Brasil vencer o fantasma da inflação. A tese da “alternativa”, mesmo que de dentro do poder (governo Itamar Franco e seu indicado Fernando Henrique Cardoso), capaz de aliar aspectos liberais e sociais, e arrefecer o ímpeto da escalada de preços, a partir de um plano em curso, fez nascer um dos mais clássicos exemplos de “terceira via” da história das democracias. A pergunta central: quais os temas do Brasil hoje, e como os atores da polarização se colocam em relação a eles, sobretudo aos olhos do eleitorado?

A agenda do país parece indicar dois elementos: as pesquisas sugerem segurança pública como fator central, enquanto em seu novo livro, *O Brasil no Espalho*, Felipe Nunes se baseia em milhares de questionários para indicar que o brasileiro está cansado, sobretudo de trabalhar para ter o mínimo para sobreviver. Uma sociedade que fala em segurança e bem-estar laboral e econômico como elementos essenciais para a construção de uma “esperança” – palavra-chave em campanhas eleitorais. Mas esses são rigorosamente os dois temas centrais dos discursos e percepções acerca de PT e PL – os atores da polarização.

O governo Lula se elegeu falando em acesso à cerveja e à picanha como elementos centrais da qualidade de vida do brasileiro. Sua ideia era buscar a garantia do churrasco aos finais de semana, o controle dos preços, o arrefecimento da fome e as melhores condições de renda e trabalho – a despeito de desafios fiscais e discursos que tecnicamente desafiariam tais elementos. Lula ainda persegue esta bandeira, e seu governo, com extremas dificuldades diante do Legislativo, buscou atuar sobre esta pauta. Com a inflação sob controle, e índices de empregabilidade em alta, uma das principais conquistas foi o projeto de isenção de imposto de renda para aqueles que ganham até R\$ 5.000,00 mensais. O intuito era arrefecer a carga tributária e fazer sobrar dinheiro no final do mês. A situação, no entanto, é mais delicada do que parece: pesquisa Datafolha de abril de 2026 mostrava que um terço dos brasileiros estavam endividados, e um quinto estava com parcelas em atraso. Ademais, o Banco Central indicou que, em janeiro, o comprometimento da renda das famílias com dívidas se aproximou de 30%, um recorde da série histórica. Aqui o governo busca lançar programas de renegociação de dívidas e uso do FGTS para a quitação de débitos. Completa o cenário a ideia de arrefecimento do cansaço a partir da flexibilização da tradicional jornada 6x1 na escala trabalhada, o que divide opiniões no país e busca colar o Planalto à sensível causa dos trabalhadores assalariados. Para tornar este cenário mais complexo, o mesmo estudo Datafolha indica que 46% dos brasileiros que dizem utilizar aplicativos de apostas, admitem fazê-lo em busca de renda extra para o pagamento de dívidas.

Para além da percepção do governo no discurso associado à ideia de um arrefecimento da situação econômica, a oposição tem apego expressivo ao discurso do combate à criminalidade, sobretudo a partir do emprego sistemático do aparato policial. Não à toa, parte expressiva de suas candidaturas a diferentes cargos carrega patentes e postos associados ao universo das forças armadas e das polícias. São delegados, capitães, generais, tenentes e uma infinidade de agentes do universo da segurança pública. As promessas são conhecidas: combater a criminalidade com força, e isso tem gerado votos, mandatos e capacidade de arrefecer a sensação de medo vigente na sociedade. Aqui, a polícia seria a grande protagonista de uma política pública de combate ao crime organizado e às ações de roubos, furtos e assassinatos que ganham espetacularização televisiva incessante.

Existe espaço para uma terceira via em meio a essa captura de agendas? Existiria uma candidatura capaz de se mostrar mais eficiente que a esquerda como guardião do bem-estar trabalhista a partir de ações do Estado, e do que a direita em seu compromisso de atenuar a criminalidade e o medo com base no ostensivo uso do aparato das forças no cotidiano, principalmente, das cidades? Difícil imaginar e, até agora, soluções e reconhecimentos para tanto não surgiram.

### 3. Eleição tensa – a continuidade da polarização

É com base na seção anterior que fica a percepção de que a eleição presidencial de 2026 carregará consigo aspectos agudos e intensos da polarização vivida, sobretudo, em 2022, mas presente em 2018 e, até mesmo, perceptível em 2014. Alguns dados reforçam essa sensação. O primeiro deles diz respeito às intenções de votos nos dois primeiros colocados até este momento. Em todos os institutos, em todos os cenários conhecidos e prováveis testados, Lula (PT) e Flávio Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, dividem a liderança com largas vantagens sobre os rivais em cenários estimulados – os mais apropriados para este instante. Entre o final de março e meados de abril, estudos Datafolha,

MDA, Paraná e Quaest mostravam Lula na liderança do primeiro turno com, respectivamente: 39%, 39%, 41% e 37%, com Flávio em segundo com 35%, 30%, 38% e 32%.

Em 2022, Lula e Bolsonaro ultrapassaram a marca de 90% dos votos válidos somados em primeiro turno, e tal cenário de alta concentração de votos pode se repetir. Importante aqui observar o que a Quaest chama de “Independentes”, um grupo que não se coloca à esquerda ou à direita, tampouco é definido no espectro petista/lulista ou bolsonarista. Esse terço do eleitorado pode oscilar e precisa ser conquistado, mas hoje, como observado na seção anterior, dificilmente ele migrará de maneira homogênea para uma terceira candidatura.

Para além dessa já concentrada votação nos atores centrais da polarização cristalizada que se instala no país faz cerca de uma década, é importante considerar os índices de rejeição a tais candidaturas. Assim, o voto não trará apenas o que o eleitor “mais deseja”, mas sugere-se que parte dos cidadãos votará contra aquilo que “mais teme”. As campanhas investem nesse medo que sustenta o clima de divisão profunda do eleitorado e da sociedade em geral. De acordo com estudo Quaest de abril, Lula já tem 55% de indicações “conhece e não votaria”, enquanto Flávio atinge 52%. Trata-se de um par de resultados que anulariam as chances de esses nomes vencerem as eleições, mas o ponto central reside aqui: desde que o adversário não seja, justamente, o outro. Se essas taxas de rejeição, superiores às expectativas de votos, chegarem juntas ao segundo turno, a eleição repetirá ou intensificará o ritmo de 2022. A questão central é compreender se isso não resultará em índices ainda mais agudos de apatia, distanciamento e desinteresse, e o quanto o voto “contra algo pior” não ganhará ainda mais força.

Por fim, as taxas de resistência ao atual governo estão extremamente elevadas. Olhando para a avaliação do atual presidente, e multiplicando as percepções positivas por um, as regulares por meio e as negativas por zero, Lula enfrenta um quadro de piora sistemática ao longo do atual mandato. Utilizando a média móvel de seis levantamentos de institutos como Ipec-Ibope, Ipespe, Datafolha, MDA, PoderData, Paraná e

Quaest é possível notar que Lula atravessa o primeiro ano praticamente acima dos 50 pontos, passa o segundo ano acima dos 45, e o terceiro e quarto fica abaixo dessa marca, e acima dos 40 pontos. Trata-se de uma zona onde a reeleição é difícil. Bolsonaro entrou 2022 abaixo dos 35 pontos, mas em julho estava na casa dos 40, ultrapassando 45 pontos na primeira semana do segundo turno. O conjunto de ações para que isso ocorresse foi custoso em termos econômicos, e o atual governo calcula que essa ascensão possa ocorrer a partir de pacotes de políticas públicas que tendem a onerar a situação fiscal do país – um clássico da cultura do país que se repete entre governos, em distintas esferas de poder e a despeito de suas ideologias. O desafio de Lula, assim, será reverter uma rejeição a governantes que se tem mostrado intensa, no mundo democrático, para se reeleger.

Prova dessa resistência ao atual mandatário também aparece nas pesquisas, de duas formas distintas. Diferentes institutos mostram que supera a casa dos 50 pontos percentuais o índice de brasileiros que entendem que “Lula não merece um quarto mandato” no comando do país. Para além disso, mesmo admitindo que desconhece parte expressiva dos candidatos para além de Lula e Flávio, o eleitor eleva de forma expressiva as intenções de votos em simulações de segundo turno quando os adversários de Lula são nomes como Ronaldo Caiado ou Romeu Zema, ou seja, a despeito de quem seja, se for “contra o PT ou Lula” o voto será dado e divide o país nesse instante. Essa resistência é um termo adicional extremamente desafiador ao atual mandatário. Isso faz com que o pleito tenha um semblante plebiscitário, ao estilo: Lula x “não Lula” nesse instante.

#### **4. Papel da justiça eleitoral e mudanças na lei**

**P**ela segunda eleição seguida o Brasil não enfrentou mudanças legislativas a partir do que se convencionou chamar de “reformas políticas”. Tradicionalmente, em anos ímpares, faltando um ano para o pleito seguinte, o Congresso Nacional costumava aprovar alterações mais ou

menos profundas, e mais ou menos racionais, nas leis eleitorais brasileiras ao longo de algumas poucas décadas. Tal movimento, por vezes, gerou aprimoramentos, mas também trouxe incertezas ao cenário das eleições no país. Em 2023 e 2025 isso não ocorreu, provavelmente por descompassos entre as agendas de Câmara e Senado, e menos pela sensação de que a nação carecia de estabilidade legal no plano das eleições.

Assim, mais uma vez, o principal agente de transformações na legislação eleitoral é o Tribunal Superior Eleitoral. A Corte refuta, legal e historicamente, a ideia de que legisla em matéria eleitoral, mas suas interpretações, ações e “aperfeiçoamentos” tendem a carregar consigo mudanças na aplicação da lei. Assim, as transformações têm ocorrido a partir de resoluções e muitas delas estão alinhadas ao que pensa o presidente do TSE. Esse é um ponto relevante a ser marcado no Brasil: a presidência do Tribunal Superior Eleitoral é sempre ocupada, por lei, por um ministro do Supremo Tribunal Federal. E impressiona como cada mandatário destes imprime marcas pessoais, até mesmo, à identidade visual do portal da justiça eleitoral, suas campanhas publicitárias e atitudes. Existem nítidas agendas de natureza pessoal em ações do TSE a partir da alteração dos seus presidentes. No pleito de 2026, o comandante será o ministro Nunes Marques, com André Mendonça como vice. Ambos são as únicas indicações de Jair Bolsonaro ao STF, e o desafio será compreender em que medida seus mandatos – lembrando que o vice tradicionalmente sucede o titular neste tribunal – trarão algum padrão que destoe ou se aproxime dos antecessores.

No final de março de 2026, o TSE destacava um conjunto de resoluções que buscavam “inovar”. Para além de questões de gênero e de tecnologia, que serão vistas brevemente em seções seguintes, alguns pontos merecem destaque.

Primeiramente, uma tentativa de organizar melhor, em um documento único, tudo o que a justiça entende ser de interesse direto do eleitor para o exercício do voto – alistamento eleitoral, coleta biométrica, trabalho no dia da votação e tratamentos especiais para o que se convencionou chamar de “ações afirmativas para grupos vulneráveis”,

com destaque para quilombolas e indígenas. Tais conteúdos devem inspirar os tribunais estaduais, e também a corte nacional, na disseminação de campanhas de conscientização sobre participação eleitoral. Ademais, chama a atenção aqui o incentivo à participação das pessoas com deficiência, a partir da nacionalização de uma ação inovadora de Pernambuco de individualização do transporte até a seção eleitoral – programa Seu Voto Importa.

Outro ponto relevante está associado à arrecadação e aos gastos pelos partidos e candidaturas, assim como as respectivas prestações de contas. O Fundo Partidário traz percentuais a serem aplicados em candidaturas de pessoas negras, o que exige atenção expressiva sobre a autodeclaração por parte das candidaturas, algo que causou polêmica em anos anteriores. As diretrizes sobre os gastos de campanhas femininas também sofreram alterações, sendo necessário que o dinheiro disponibilizado para as mulheres seja aplicado, de fato, em candidaturas com tal característica.

Sobre a segurança da urna eletrônica, é importante notar que se de um lado Flávio Bolsonaro tem evitado investir criticamente no assunto, que custou caro aos direitos políticos de seu pai, por outro as pesquisas de fevereiro de 2026 da Quaest mostravam que 43% dos entrevistados afirmavam não confiar no sistema. Utilizando os nomes da polarização eleitoral como variável explicativa do fenômeno, apenas 18% dos eleitores de Jair Bolsonaro, à ocasião, confiavam no equipamento, enquanto entre os lulistas esse percentual subia para 78%. A justiça manterá, por meio de resoluções recentes, seu compromisso com testes de integridade e uma série de elementos que buscam ofertar segurança ao sistema de captação de votos no Brasil.

Os outros quatro pontos trazidos pela justiça em suas decisões recentes estão associados: a) à regulamentação de pesquisas que tratam de “consultas populares”, restando saber se este ano haverá alguma consulta estadual, tendo em vista que em 2024 ocorreram alguns referendos municipais em paralelo às eleições; b) alteração da lei para respeitar a Constituição Federal e evidenciar que faltando menos de 15 meses para

o fim dos mandatos de senadores e deputados federais, e ausência de respectivos suplentes, não haverá nova eleição para o cargo vago; c) elementos associados a julgamentos e calendário eleitoral e; d) regulações associadas ao que se convencionou chamar de “direito de resposta” entre candidaturas.

Por fim, importante que já está estabelecida a ordem de votação na urna para os seis cargos de 2026: deputado(a) federal, deputado(a) estadual, senador(a) 1 com respectivos dois suplentes, senador(a) 2 com respectivos dois suplentes, governador(a) com respectivo(a) vice, e presidente com respectivo(a) vice. Ao todo, a despeito de a data final para cadastramento ser o dia 06 de maio, o Brasil terá mais de 155 milhões de eleitores aptos ao exercício do voto em 2026.

## 5. Eleição pra dois senadores e renovação no Senado

Especificamente sobre os cargos em disputa, de oito em oito anos uma característica do sistema eleitoral brasileiro costuma “surpreender” parte dos eleitores. O Senado, que é renovado em lógica alternada de um terço e dois terços de seus membros, e tem por função a representação dos estados no plano federal, o que confere a cada unidade da federação três representantes, terá esse ano a rodada de disputa de dois terços de seus membros. Isso significa que cada um dos 27 estados brasileiros representados no Senado escolherá dois parlamentares. O mandato para estes cargos tem duração de oito anos, e cada nome, na verdade, é uma chapa de três pessoas: o titular, o suplente um, e o suplente dois. A necessidade de dois substitutos se justifica, principalmente, pela duração de quase uma década do mandato. Esses três nomes são definidos em convenção partidária, ou seja, o trio é estabelecido protocolarmente antes de as campanhas começarem oficialmente. Na prática, cada eleitor tem a responsabilidade de escolher DOIS nomes para representarem seu estado no Senado Federal. Isso ocorre seguindo a ordem de votação exposta na seção anterior. O eleitor não pode escolher duas vezes a mesma chapa, sob o risco de anular a segunda indicação, mas ele tem o direito,

sem qualquer risco, de escolhe uma chapa e anular ou votar em branco no momento de indicar o segundo trio de pessoas favoritas – senador e seus dois suplentes. Relevante salientar aqui que os dois suplentes de cada senador não possuem cargo fixo ou salários. A suplência é apenas uma pré-condição para assumir a vaga caso o titular a deixe temporária ou definitivamente.

A importância de dar destaque a este tema está atrelada à dificuldade de o eleitor compreender que é seu direito escolher DUAS chapas para a representação de seu estado no Senado – as chapas são estaduais, ou seja, em cada estado haverá uma disputa específica, o que significa que o eleitor de uma unidade federativa não pode votar em candidatos de outros estados. Nesse tipo de eleição, note, dois terços de todo o Senado pode ser renovado pelos eleitores em suas ações estaduais – sendo eleitas as duas chapas que mais somarem os votos das duas escolhas dos eleitores. Alguns pontos aqui merecem atenção: o Senado tem funções estratégicas e específicas que tornam essa eleição extremamente relevante. Uma delas é a de aceitar ou refutar as indicações do Poder Executivo para as vagas abertas no Supremo Tribunal Federal. Em meio a conflitos políticos entre Legislativo e Judiciário, e ao papel relevante do Executivo na composição da suprema corte nacional, a escolha de dois terços do Senado é fundamental. Ademais, no Senado tem se percebido disputas ideológicas acentuadas que merecem a atenção do eleitor, destacando que por meio do voto é que se compõe esta casa política fundamental.

## **6. Desinformação – um desafio dos mais complexos**

**E**is aqui um dos maiores desafios associados aos tempos atuais, não apenas em termos políticos e democráticos. Parece possível afirmar com relativa segurança que a disseminação de mentiras e boatos, associada à falta de interesse, apatia, distanciamento ou ignorância de parcelas da sociedade se configuraram como terreno fértil para a disputa de votos no Brasil e nas democracias em geral. Não há quem seja capaz de

não associar uma mentira a um dado processo eleitoral ao longo da história. O problema é que a internet tornou isso significativamente mais veloz, sofisticado e potente. A primeira questão assim é: a justiça e as leis em geral seriam capazes de arrefecer a capacidade expressiva de inverdades serem disseminadas numa eleição? E mais: o quanto, numa polarização expressivamente renhida, a mentira não se configura em estratégia geradora de medos desejados pelos oponentes? As eleições têm sido disputadas, em grande medida, pela resistência ao que menos se deseja, ou mais se teme. Nesse campo, parece possível afirmar que é se criando falsas narrativas ou desenhos afastados da realidade que se adicionam vantagens a determinadas candidaturas.

A justiça eleitoral conhece bem essa realidade, a questão é saber se a combate de forma eficiente ou apenas com o que tem às mãos. Nos últimos anos, uma série de resoluções buscaram coibir criações fantasiosas. Por exemplo, a uma determinação de 2019 foi incluída, para este pleito, a proibição à divulgação de conteúdos criados com inteligência artificial e tecnologias que usam voz e imagens de candidaturas ou figuras públicas três dias antes e um dia depois do pleito – o que vale para publicações ou republicações, gratuitas ou impulsionadas. Outra proibição está diretamente ligada aos sistemas de inteligência artificial, que mesmo sob solicitação do usuário estão vedados de sugerir ou ranquear candidaturas ou indicar preferências eleitorais e recomendação de votos.

Outro ponto está associado a proibir que estes instrumentos de inteligência gerem conteúdos como fotos ou vídeos que envolvam cenas de nudez e sexo, sobretudo representando violência política contra a mulher. A questão central aqui é: a lei já existe e serve de forma mais geral para a sociedade como um todo. Ainda assim, o que se vê é o uso indiscriminado desses instrumentos para campanhas difamatórias, por exemplo. Na política não seria diferente e resta questionar se uma resolução do Tribunal Superior Eleitoral é capaz de coibir aquilo que uma realidade mais ampla e formal não parece capaz de fazê-lo.

Adicionalmente, em termos de lógica processual, a justiça eleitoral inverteu a ideia de ônus da prova ligado ao uso de conteúdos de inteli-

gência artificial. Caberá à pessoa que postou o conteúdo provar que as informações são reais e demonstrar de qual forma instrumentos tecnológicos foram empregados sem a distorção dos fatos, e não à suposta vítima que acusa alguém.

Em cruzada contra o que chama de “provedores de aplicação” a justiça obriga que conteúdos já considerados proibidos em uma determinada plataforma sejam imediatamente indisponibilizadas por tantas outras, mesmo sem ordem judicial. Entende-se, aqui, que o universo da tecnologia tem condições de controlar esse tipo de ação, exigindo-se dos provedores a implementação de uma solução que permita aos partidos e às candidaturas denunciarem irregularidades. Tais empresas de tecnologia podem ser legalmente responsabilizadas pela manutenção de conteúdos no ar, sobretudo se incitarem crimes eleitorais, questionamentos ao sistema eletrônico de votação, violência política contra a mulher etc. Reiteradas práticas desse tipo podem resultar em retiradas de perfis e portais do ar.

Por fim, a justiça vai buscar coibir o que se convencionou chamar, em eleições recentes, de assédio eleitoral em ambiente de trabalho público ou privado, com veiculação de propaganda. As empresas podem realizar atividades de conscientização política, mas não podem atuar em lógica de doutrinação ideológica e partidária junto a seus colaboradores e públicos diretos.

## **7. Política nos estados: tendências conjunturais e desafios estruturais**

**U**ma característica bastante desafiadora das eleições no Brasil está atrelada à associação entre: um sistema partidário nacional e uma realidade federativa. É bastante aceita na Ciência Política a ideia de que federalismos geram sistemas partidários nacionais descentralizados, ou seja, uma legenda tem dificuldade de controlar suas ações de maneira uniforme em todo o país. Nas eleições municipais isso se mostra nitidamente a partir dos padrões de coligações estalecidos para a disputa de

prefeituras. Em 2012, por exemplo, com base em dez dos maiores partidos da época – PT, PSB, PDT, PPS, PSDB, PMDB, PR, PP, DEM e PTB – todos eles estavam pareados em, ao menos, mil cidades e não mais do que em duas mil delas. Isso significa dizer que o padrão geral de combinações era quase que geral e aleatório, sendo possível, à ocasião, ver PSDB e PT, que rivalizavam nacionalmente a política, juntos em mais de um quinto das cidades brasileiras em torno de uma mesma candidatura majoritária local.

Nas chamadas “eleições gerais”, como a de 2026, isso não é diferente e os estímulos à descentralização são grandes. A ideia de que cada partido pertence e participa de diferentes grupos políticos estaduais merece maior aprofundamento, mas é fato que estratégias estaduais são, por vezes e em muitas legendas, mais fortes e mais presentes do que os desejos nacionais. No plano federal só se disputa a Presidência da República, e o respectivo cargo de vice no Brasil. Pelos estados se espalham as 513 vagas de deputado federal, as 54 vagas de senador para este ano em que se escolhem dois representantes por estado, as 1.059 cadeiras das assembleias estaduais, e os 27 postos de governador, com seus respectivos vices. Assim, estratégias descentralizadas são esperadas, e diferentes associações são realizadas. Isso torna a disputa nacional complexa, sobretudo porque as candidaturas presidenciais enfrentam dificuldades para a construção de palanques sólidos nos estados aos quais possam estar associadas, sobretudo quando um nome desponta localmente, mas a chapa presidencial é frágil.

Pesa de forma muito emblemática e significativa aqui o fato adicional de os partidos viverem de recursos públicos que são determinados por suas performances, principalmente, nas eleições para deputado federal. Quase a totalidade do Fundo Eleitoral, e a integralidade do Fundo Partidário e do Horário Eleitoral Gratuito estão associadas a questões atreladas às eleições para deputado federal. Assim, é mais do que esperado que parte expressiva das agremiações estabeleçam estratégias estaduais para a conquista de um número significativo de votos ou vagas na Câmara dos Deputados.

Para além dessa ideia de descentralização, é importante considerar o que existe de tendência para as disputas de governador em 2026, que em boa medida indicam as forças partidárias estaduais. A direita lidera, e por vezes tem a segunda colocação, em boa parte dos estados brasileiros. Esse padrão estabelece a dificuldade da esquerda, sobretudo fora do Nordeste, e o desafia a direita a não se fragmentar. Existem estados em que o discurso local, olhando para a presidência, será: apoio à candidatura do PL x independência em relação ao pleito federal, o que já aconteceu em 2022 e trouxe bons resultados em alguns estados, bem como dificuldades de consolidação de discurso em outros.

Em linhas gerais, é importante notar algumas características das eleições estaduais de 2026. Apenas nove governadores eleitos em 2022 podem ser reconduzidos ao cargo, sendo necessário destacar que existem incertezas legais no Rio de Janeiro, onde o reeleito foi afastado do poder e há indefinições sobre a sucessão; em Tocantins, onde o reeleito está no poder por liminar conferida em dezembro; e em Roraima, onde o vice do governador reeleito em 2022 assumiu o posto, mas o julgamento pela cassação da chapa foi suspenso em abril e guarda complexidades. Ainda existem estados onde o governador deixou o cargo para a disputa do Senado, da Presidência da República ou de algum outro cargo, deixando o vice no lugar. Mas com base nos eleitos em 2022, dois terços não podem ser reconduzidos. Tal fato poderia levar a novidades, mas pesquisa realizada no início do ano mostrava que as principais disputas devem ocorrer entre políticos conhecidos nos estados, com cargos parlamentares, experiências eleitorais anteriores, passagens pelo Poder Executivo etc.

## 8. Perfil da Câmara x padrão de governabilidade

É nesse cenário dos estados, onde a direita mostra força significativa, como tendência que já se espraia pelo país desde 2022, que serão construídas as bancadas de deputados federais que acompanharão o Poder Executivo eleito. Em 2022, Lula, um político localizado à cen-

tro-esquerda, foi eleito presidente por margem estreita de votos, mas conviveu com uma Câmara dos Deputados repleta de parlamentares fortemente ancorados na direita. As dificuldades foram significativas, e a agenda do governo teve bastante dificuldade de prosperar. Vetos foram derrubados, medidas provisórias perderam a vigência e os esforços legislativos do Poder Executivo foram significativos.

Em 2022, pairava uma dúvida no debate sobre governabilidade no país: o Legislativo se tornou muito mais forte e capaz de ditar agendas, ou o Poder Executivo se mostrou fraco desde o segundo mandato de Dilma Rousseff, o que resultou em perda de capacidade de trazer sua pauta para a sociedade a partir da aprovação de temas no Legislativo? Dilma sofreu um processo de impeachment, Temer era visto como ilegítimo por parte do Congresso, e Bolsonaro fez questão de desafiar, por vezes, o Poder Legislativo de maneira pública e agressiva. Sua melhor performance junto ao parlamento seu deu no fim do governo, quando trouxe o Progressistas para a articulação política, lhe ofertando (ou o apoiando em) três espaços essenciais: a presidência da Câmara, a liderança do governo entre os deputados federais e a chefia da Casa Civil, com poder de articular acordos. Mas isso só ocorreu no segundo semestre de 2021, e Bolsonaro teve bons resultados junto ao parlamento apenas a partir do segundo semestre de 2022, quando buscava a reeleição.

Lula venceu as eleições e adotou, ao menos em discurso, uma postura muito diferente de seu antecessor. Falou em diversas ocasiões sobre a importância de ter alinhamento positivo com o Congresso Nacional, enaltecendo as figuras de seus presidentes e os apoiando para um novo mandato à frente das respectivas casas. Em vão, pois seus resultados são ruins às vésperas de sua tentativa de reeleição. E nova dúvida surge: as dificuldades reforçam a ideia de força do parlamento ou a distância ideológica entre Lula e a Câmara mais à direita do período pós-redemocratização não permite diálogos? As respostas a tal indagação só virão se Lula não for reeleito, pois as chances de o parlamento se manter com estas características ideológicas são real-

mente grandes. A direita domina parte expressiva dos estados brasileiros e deve assistir à eleição de bancadas que formatarão uma Câmara semelhante a esta que existe hoje. Ou seja, se o atual presidente for reconduzido ao cargo, provavelmente ele terá as mesmas dificuldades para governar, pois o perfil dos deputados federais não deve ser muito diferente do que hoje existe.

## 9. Cenário internacional – incertezas e oportunidades

Este é um ponto visto pelos internacionalistas, principalmente, como extremamente importante para as eleições de 2026. Algumas análises dão conta de indicar que nunca a ideia de Relações Internacionais esteve tão presente e influente na agenda eleitoral. Isso não diz respeito apenas ao Brasil, com Donald Trump buscando interferir diretamente na política de diversos países, e comprando para si algumas disputas a partir de apoios que, por vezes, se mostram pouco eficientes. Em algumas nações, esse tipo de interferência tem servido para aguçá-las nas sociedades uma percepção de um intervencionismo exagerado que pode ser combatido nas urnas.

No Brasil, Trump deu sinais diversos, e seu discurso, bem como suas decisões, podem pesar nos debates nacionais. A família Bolsonaro não tem como se dissociar do líder norte-americano, e algumas de suas atitudes tem contribuído com algumas possíveis estratégias do PT. Depois de alguns acenos entre os presidentes, Lula voltou a subir o tom contra algumas medidas de Trump. Assim, o presidente brasileiro tem buscado se aproximar da Europa, mas o cenário mundial carrega doses intensas de incertezas que poderão ser utilizadas de formas distintas nas campanhas eleitorais até as vésperas das votações. Se por um lado parece certo que o ambiente planetário vai pesar sobre as eleições no Brasil, também é possível dizer que o caráter errático do principal líder político do mundo, o presidente Donald Trump, pode oferecer o que existe de mais incerto para impactar positiva ou negativamente uma dada candidatura – de situação ou oposição.

## 10. Aspectos do universo feminino nas disputas

O Brasil consolida, em mais uma eleição, a maioria feminina de seu eleitorado. Números preliminares do Tribunal Superior Eleitoral, que poderão ser consolidados de forma mais assertiva a partir do começo de maio, dão conta de que 52% dos votantes são mulheres no país. A despeito desse avanço, que vem sendo percebido desde o processo de redemocratização nacional nos anos 80, a presença feminina nos postos eletivos ainda está bastante distante de tal proporcionalidade. Os ganhos a cada eleição são pequenos, sobretudo quando observados os números agregados.

No século XXI uma série de regras buscaram estimular essa participação, configurando-se no instante em que mais ocorreram avanços. Positivamente seria possível dizer que entre 1986 e 1998, em quatro eleições, a média de mulheres eleitas deputadas federais ficou em 30, ultrapassando 40 nos três pleitos seguintes, até 2010, e atingindo 51, 77 e 91 nas eleições seguintes de 2014, 2018 e 2022. Os saltos são generosos, mas o melhor resultado, colhido em 2022, representa apenas 18% do total de 513 deputados. A este ritmo, a espera por uma política mais equilibrada em termos de gênero será grande, sendo possível imaginar que esse ano, de acordo com movimentos que buscam estimular esta participação, finalmente se supere pela primeira vez uma centena de eleitas para a Câmara dos Deputados.

Nas eleições majoritárias o cenário é pior: nenhuma mulher figura como candidata competitiva à Presidência da República, e em dezembro de 2025 apenas seis mulheres estavam entre a liderança e a vice-liderança nas 27 corridas para os governos estaduais, ou seja, pouco mais de 10% do total daqueles que estavam em primeiro ou segundo lugares.

Os desafios femininos seguem sendo velhos conhecidos das realidades eleitorais: dificuldades de obtenção de recursos dos partidos, demora na liberação deles para a realização das campanhas, condições minimamente equilibradas nas chapas para a participação eleitoral, construção de nominatas forjadas a partir de “candidaturas laranjas” etc.

Um dos principais aliados das mulheres para a busca de um mínimo de equilíbrio tem sido a justiça eleitoral. Criticada por legislar e interpretar ao seu modo a lei, é fato que a despeito de tal ativismo é o Tribunal Superior Eleitoral quem tem emprestado atenção à causa do equilíbrio de gênero no processo eleitoral. Para 2026, há tendência a se combater, por meio de campanhas publicitárias e ações efetivas, o que se convencionou chamar de “violência política contra a mulher”. Para tanto, uma das principais novidades está atrelada ao fato de que gastos com prevenção e combate a este tipo de crime possa ser incluído nas despesas de campanha.

Com relação aos gastos eleitorais, e à distribuição de recursos, a despeito das questões de gênero, é fato que este continuará sendo um dos principais desafios das eleições em um país que investe tanto em campanhas. A distância do eleitor faz com que o processo fique caro, e agentes externos ao sistema precisam ser observados com bastante atenção. As irregularidades associadas ao caixa-dois, ao crime organizado, à presença irregular das igrejas, aos exageros de algumas empresas merecem atenção. Ademais, a falta de transparência na distribuição interna dos recursos públicos pelos partidos políticos às suas candidaturas segue preocupando. Se a ciência política mostra que dinheiro de campanha é a principal variável explicativa para a obtenção de voto e sucesso eleitoral em uma série de pleitos pelo país, é fato que este assunto é merecedor da máxima atenção, em nome do bom funcionamento do regime democrático.

---

**Humberto Dantas** · Doutor em ciência política pela USP, coordenador da graduação em Gestão Pública da FipeEES e da pós-graduação em ciência política da FESP-SP. Diretor do Movimento Voto Consciente e parceiro da KAS-Brasil em ações de educação para a democracia e análise política.